

## A educação integral e a formação de professores: ações para qualificação docente no âmbito municipal

*Integral education and teacher training: actions for teacher qualification in the municipal sphere*

**Recebido:** 26/08/2020 | **Revisado:** 28/11/2020 | **Aceito:** 19/04/2021 | **Publicado:** 28/10/2021

**Geni Santos de Sousa Galúcio**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6882-3933>  
Universidade Federal do Oeste do Pará  
E-mail: [genigalucio@hotmail.com](mailto:genigalucio@hotmail.com)

**Maria Lília Imbiriba Sousa Colares**  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5915-6742>  
Universidade Federal do Oeste do Pará/  
Bolsista CNPq - Brasil  
E-mail: [maria.colares@ufopa.edu.br](mailto:maria.colares@ufopa.edu.br)

**Como citar:** GALÚCIO, G. S. de S.; COLARES, M. L. I. S. A educação integral e a formação de professores: ações para qualificação docente no âmbito municipal. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e10929, Out. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

A luta pela garantia da formação de professores deve associar-se ao diálogo entre as instâncias formadoras e as secretarias de educação, com ações articuladas em defesa da qualidade na formação inicial e continuada desses profissionais. Assim, neste estudo, verificou-se ações voltadas para a qualificação dos professores. Realizou-se pesquisa bibliográfica, análise documental, teve como locus de estudo a Secretaria Municipal de Educação de Santarém/PA (SEMED) e a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Monte Alegre/PA (SEMEC). Identificamos que a SEMED, possui parcerias e desenvolve atividades para qualificar os docentes com programas e ações. Com os estudos realizados na SEMEC identificamos que não possui projetos, nem ações para qualificar seus docentes.

**Palavras-chave:** Formação Docente. Políticas Educacionais. Educação Básica.

### Abstract

The struggle to guarantee teacher training should be associated with the dialogue between the training bodies and the education departments, with actions articulated in defense of the quality in the initial and continuing training of these professionals. Thus, in this study, there were actions aimed at the qualification of teachers. A bibliographic research, documentary analysis was carried out, the Municipal Department of Education of Santarém/PA (SEMED) and the Municipal Department of Education, Sport and Culture of Monte Alegre/PA (SEMEC) were locus. We identified that SEMED has partnerships and develops activities to qualify teachers with programs and actions. With the studies conducted at SEMEC we identified that we do not have projects or actions to qualify their teachers.

**Keywords:** Teacher Training. Educational Policies. Basic Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação na conjuntura política vem sendo tema de debates. Um dos pontos principais em discussão refere-se à formação inicial dos professores, que ainda não é suficiente para enfrentar problemas encontrados em sala de aula, tais como, infraestrutura precária, falta de materiais pedagógicos, alunos com dificuldade de aprendizagem e salas lotadas. Quanto a formação de professores, Gatti (2014, p.39), afirma que: “Nos cursos de formação inicial de professores, há quase a ausência de formação em conhecimentos sobre o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo de crianças, adolescentes e jovens, suas culturas e motivações”. E que de modo geral, nas ementas dos currículos das licenciaturas encontram-se, nos fundamentos educacionais, proposições genéricas que estão longe de oferecer uma formação mais sólida. Vivemos em mundo de constantes alterações em todos os seus aspectos, no entanto,

[...] mudanças são inevitáveis e necessárias, a fim de satisfazer às novas exigências sociais, que vão além de conhecer novas técnicas de ensino: implicam revisões da própria prática pedagógica, atualização constante dos conhecimentos necessários para a docência e conhecimentos de diferentes naturezas, de forma que, essas mudanças, uma vez vividas, sejam compreendidas e contextualizadas. (CORRADINI; MIZUKAMI, 2016, p. 86).

Neste sentido, a educação na Amazônia é um tema recorrente devido o alijamento histórico sofrido por ausência de políticas que favoreceram o campo educacional. Deste modo, um dos aspectos relevantes para o desenvolvimento da educação está relacionado à temática da formação docente, pois entendemos que é necessária para a obtenção de melhorias no processo de ensino aprendizagem.

Compreendemos que a formação inicial de professores é essencial para o processo de melhorias na educação, bem como, a formação continuada é necessária para que os docentes possam obter conhecimentos para atuarem em sala de aula, além disso é indispensável melhores condições de trabalho, valorização salarial, infraestrutura física adequada das escolas, para assim exercerem sua profissão. Nesse sentido, desenvolvemos a presente pesquisa visando refletir sobre a temática da formação docente.

Portanto, as questões que norteiam esta pesquisa, vinculam-se ao interesse de saber a quem cabe a responsabilidade pela formação docente na estrutura da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Santarém/PA e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura (SEMEC) de Monte Alegre/PA? Qual a formação do corpo docente que atuava na rede municipal de ensino no período delimitado para o estudo (2011-2016)? Qual o pré-requisito para compor o corpo docente que atua nas escolas públicas municipais da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental? Quais as ações efetivas da SEMED e SEMEC para a formação continuada de professores? Os professores que atuam em escolas de tempo integral recebem capacitação específica?

A pesquisa teve como objetivo: verificar as ações desenvolvidas, no período de 2011 a 2016, voltadas para a qualificação dos professores. Justifica-se este recorte temporal pois foi a partir de 2011 que foram implementadas ações referente a

educação em tempo integral no município de Monte Alegre, culminando em 2016, pois 2017 foi o ano de início da pesquisa. Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo com abordagem qualitativa, tendo como lócus a Secretaria Municipal de Educação do Município de Santarém<sup>1</sup>/PA (SEMED) e a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura (SEMEC) do município de Monte Alegre<sup>2</sup>/PA.

Realizou-se revisão bibliográfica sobre formação de professores no Brasil e a legislação em vigor; Pesquisa na Secretaria Municipal de Educação de Santarém/PA (SEMED) e na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Monte Alegre/PA (SEMEC), para o levantamento de dados sobre a qualificação docente, visando reconstituir o histórico da qualificação de professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental ao longo do período delimitado para o estudo. Foi aplicado o questionário com a coordenadora do Programa Mais Educação do Município de Monte Alegre para ampliar a análise sobre a formação de professores que atuaram no programa indutor de Educação de Tempo Integral. E por fim, realizou-se a análise das informações e elaboração do artigo.

Assim, este artigo é composto pelos seguintes tópicos: Introdução; dissertamos sobre a formação inicial e continuada de professores (com o intuito de compreender a legislação para a formação inicial de professores da educação básica e como acontece o início da profissão docente); destacamos as ações desenvolvidas pela SEMED e SEMEC voltadas para a qualificação dos professores da zona urbana de Santarém/PA e Monte Alegre/PA (para identificar que tipos de ações a SEMED e SEMEC desenvolvem para qualificar seus professores da zona urbana), e as Conspirações finais.

## 2 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES

A qualificação docente no contexto da educação pública brasileira passou por alterações significativas ao longo da história, em especial após a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96), que no artigo 61 alterado pela Lei nº 12.014 de 06 de agosto de 2009, considera que: Profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos. A formação dos profissionais do magistério da educação deve ser compreendida na perspectiva social e garantida por meio de políticas públicas, tratada como direito do cidadão, essa formação será mais completa se houver articulação entre formação inicial e continuada. Na concepção de Gatti (2013)

A formação dos professores tem sido um grande desafio para as políticas educacionais. Inúmeros países vêm desenvolvendo políticas e ações agressivas na área educacional cuidando, sobretudo, dos formadores, ou seja, dos professores, que são os personagens centrais e mais importantes

---

<sup>1</sup> Santarém está localizada à 807 km da capital Belém, sendo o 3º mais populoso município do Estado do Pará, com 302.667 habitantes segundo o censo do IBGE 2018. Foi fundada no dia 22 de junho de 1661 pelo padre português João Felipe Bettendorf durante missões jesuítas na região.

<sup>2</sup> Está localizado na região Norte do Brasil, no noroeste do Estado do Pará, parte integrante da floresta Amazônica, tendo como vizinhos os municípios de Santarém, Óbidos, Alenquer, Almeirim e Prainha, o qual se localiza a uma distância de 631 quilômetros (km) em linha reta de Belém, capital do Estado do Pará (SILVA, 2011).

na disseminação do conhecimento e de elementos substanciais da cultura. ,  
(p. 35).

Assim sendo, entendemos que as concepções fundamentais para a valorização dos profissionais da educação e, neste contexto, para a formação dos profissionais do magistério da educação básica, prosseguem no sentido de concepção ampla e valorização compreendida a partir da articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho desses profissionais.

O início da carreira docente pode-se transformar em um momento de choque com a realidade, de sobrevivência, descoberta e/ou grande aprendizado. Por isso, há a necessidade do professor estar sempre em processo de constante aperfeiçoamento de sua profissão e práticas docentes. Para Colares; Colares (2013)

Tratar de formação docente implica em compreender esta atividade profissional para muito além do que se passa no interior da sala de aula. A docência significa, também, o preparo para o desenvolvimento de um conjunto de ações que se desenvolvem em espaços diversos, e que são voltadas para a formação da cidadania. Consequentemente, todas estas aprendizagens precisam fazer parte do percurso formativo e do desenvolvimento profissional do professor, para que sua prática possa expressá-las de forma coerente e comprometida com a formação de pessoas capazes de contribuir para a construção de uma cidadania planetária. (p. 91).

A formação inicial de professores, das licenciaturas ajuda o futuro professor a planejar, ministrar, avaliar ou orientar atividades de ensino na educação básica, apesar da formação fragmentada e por vezes reduzida, encontrada nos currículos não sendo suficiente para preparar os futuros docentes para essa etapa da educação. Neste sentido, a formação profissional docente requer estreitamento das relações entre teoria e prática, de modo a associar o conhecimento do conteúdo com os conhecimentos didáticos e metodológicos necessários à educação básica. Apesar de entendermos que os professores desenvolvem sua condição de profissionais tanto pela sua formação básica na graduação, como por suas experiências com a prática docente, iniciada na graduação e concretizada no trabalho em salas de aulas das redes de ensino.

A escola é um ambiente de trabalho educativo, local de aprendizagem, principalmente se a comunidade escolar participar dos processos decisórios quando a gestão trabalha na perspectiva democrática, mas é também um lugar em que os profissionais da educação desenvolvem atividades necessárias ao exercício da profissão. A Formação continuada envolve outros setores da escola, como: o setor pedagógico, o técnico e administrativo, e principalmente os professores, por ser uma condição para a aprendizagem permanente e o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional. No contexto do trabalho, é na escola que os docentes enfrentam e resolvem os problemas que surgem no dia a dia, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão adquirindo experiências profissionais, rumo à melhoria da educação.

Para atender a uma concepção que articule formação inicial e continuada, as Diretrizes Curriculares Nacionais, resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º de julho de 2015, definem que os egressos da formação inicial e continuada deverão possuir um

conjunto de informações e habilidades constituídas de conhecimentos teóricos e práticos, que vão se aperfeiçoando com as vivências em sala de aula, e se consolidará com o exercício profissional.

A formação continuada é uma responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor. É preponderante para o desenvolvimento da aprendizagem permanente, considerando os aspectos pessoal, cultural e profissional. Constituído-se também ações tanto internas quanto externas a escola. (LIBÂNEO, 1999), sendo de suma importância a formação continuada para professores, “pois [...] vem sendo absorvida como uma necessidade nos diversos setores da sociedade, como forma de atender as mudanças constantes que a dinamicidade que o mundo apresenta e nos impõe” (COLARES; BRYAN, 2014, p. 178). Assim sendo, a profissão professor, encontra-se em constante construção, e essa formação tem como princípio articular teoria e prática, e deve ser vista como uma proposta enriquecedora ao desenvolvimento profissional docente.

A formação continuada deve ser feita visando o desenvolvimento que sensibilize os docentes para a realização de ações críticas e reflexivas. É recomendado que a formação continuada seja realizada dentro e fora do ambiente de trabalho. Sendo que na escola as ações de formação consistem em participar do projeto político pedagógico, entrevistas, reuniões de trabalho para discutir a prática com os colegas, pesquisas, minicursos, oficinas, dentre outros. Fora do ambiente escolar as ações consistem em participar de congressos, cursos, encontros, palestras, atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, que agreguem novos saberes e práticas.

A formação continuada se faz por meio de estudos, da reflexão, da discussão com seus pares dos saberes adquiridos e essa formação deve favorecer aos professores crescimento individual e profissional, sendo de responsabilidade tanto da instituição de ensino como dos professores, que devem buscar a melhoria da prática docente para auxiliar na formação integral, possibilitando o desenvolvimento nas dimensões, cognitivas, física, emocional, artística, cultural e social.

### **3 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SEMED/SANTARÉM E SEMEC/MONTE ALEGRE PARA A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES DA ZONA URBANA**

#### **3.1 O CONTEXTO DA SEMED/SANTARÉM E SEMEC/MONTE ALEGRE**

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) é o órgão responsável pela área educacional no município de Santarém/PA, localizada na avenida Dr. Anysio Chaves S/N, bairro Aeroporto velho. De acordo com o relatório anual de monitoramento 2016, tem como visão, ser referência no Estado do Pará como rede de ensino pública de qualidade e com excelência para todos. Tem como missão: Gerenciar o sistema de educação pública do município, implementando ações proativas comprometidas com a efetivação de políticas públicas voltadas para a promoção humana. Tem como princípios: promover equidade social com Gestão democrática, a fim de ampliar o conhecimento sobre as formas de promover a participação coletiva nas escolas, bem como provocar reflexão sobre a sua prática pedagógica. Possui como valores a Excelência; a Humanização; o Compromisso e a Proatividade.



A prefeitura de Santarém conta com onze secretarias, dentre as quais a Secretaria Municipal de Educação – SEMED<sup>3</sup>, composta pelos seguintes núcleos: Núcleo da Educação da Região de Rios; Núcleo da Educação da Região de Planalto; Núcleo da Educação da Zona Urbana; Núcleo de Esporte e Lazer; Núcleo Pedagógico e o Setor de Planejamento.

No período do recorte temporal desta pesquisa a prefeitura de Santarém contou com as gestões conforme descritas no quadro de número 01:

**Quadro 01:** Gestões da prefeitura de Santarém/PA, no período de 2011-2016

PERÍODO	PREFEITO	VICE-PREFEITO	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
2009 – 2012	Maria do Carmo Martins Lima	Delano Riker	Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
2013 – 2016	Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon	Maria José Maia	Maria Irene Escher Boger

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras em 2019, a partir de Goch, 2017.

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura (SEMEC), do município de Monte Alegre/PA, que até o ano de 2016 denominava-se Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e em 2017 com a incorporação das secretarias de esporte e cultura, passou a se chamar SEMEC. Neste texto utilizamos o termo SEMEC denominação atual, da Secretaria Municipal de Educação de Monte Alegre/PA.

A SEMEC é o órgão responsável pela área educacional no município de Monte Alegre. Está localizada na rua: 15 de março, nº 125, bairro: Serra Oriental.

A prefeitura de Monte Alegre conta com seis secretarias, dentre as quais a SEMEC, que dispõe dos seguintes departamentos: Departamento de recursos humanos; Departamento de transporte; Departamento de Alimento Escolar (DAE); Departamento de prestação de contas dos conselhos escolares; Departamento de almoxarifado; Departamento de estatísticas; Departamento de esportes; Departamento de culturas e Departamento pedagógico.

A estrutura e o sistema municipal de Ensino de Monte Alegre, estão organizados pelo conjunto de instituições de educação infantil e ensino fundamental, públicas e privadas, e os órgãos educacionais, administrativos, normativos e de apoio técnico que visam o desenvolvimento do processo educativo.

<sup>3</sup> Para aprofundamento sobre políticas de educação no âmbito da SEMED de Santarém ler Colares (2005).

### 3.2 A FORMAÇÃO DOCENTE VISANDO A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

O processo de formação docente é fundamental para que a escola possa ajudar a formar o aluno em todas as dimensões do ser humano como o cognitivo, o físico, emocional, o cultural e o social, o que denominamos de Educação Integral. A concepção de educação integral compreende a formação além de tempos e espaços escolares, perpassa pela garantia de uma educação que desenvolve o aluno em suas múltiplas dimensões, e se constitui como projeto coletivo, compartilhados por alunos, famílias, educadores, gestores escolares e comunidade. Assim sendo, “[...] a escola terá um novo papel na formação dos sujeitos, buscando as bases científicas e as relações culturais e sociais, tendo no horizonte uma sociedade igualitária”. (CASTRO, A. S.; DUARTE NETO, 2021, p. 4).

No Brasil foram implementados movimentos em favor de uma escola de tempo integral para todos. Um desses movimentos foi o escola novista, que teve Anísio Teixeira como um dos precursores do movimento, e era a favor de uma escola para todos, laica, gratuita e de qualidade. “Porque a escola já não poderia ser a escola parcial de simples instrução dos filhos das famílias de classe média que ali iriam buscar a complementação a educação recebida em casa [...]”. (TEIXEIRA, 1962, p. 24). “As atuais políticas de educação integral, não obstante utilizarem o termo “educação integral”, pouco têm avançado em sentido de garantir condição de integralidade formativa e estão em desacordo com as experiências anteriores.” (JACOMELI; BARÃO; GONÇALVES, 2018, p. 44).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, a temática da educação integral, mas voltado apenas para a ampliação do tempo, como especifica o artigo 34 “progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE) atual, com vigência de 2014 a 2024, também é um importante dispositivo legal para o fortalecimento da política de educação integral já que propõe que 50% das instituições públicas de educação básica ampliem a jornada de tempo na escola, oferecendo assim, até 2024, a educação em tempo integral. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), criado pela emenda constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF), que vigorou de 1998 a 2006, também trouxe destaque para a política de educação integral.

Após 10 anos da aprovação da LDB nº 9.394/96, o Ministério da Educação, por meio da Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, regulamentada pelo decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, instituiu o “Programa Mais Educação, que tinha como objetivo fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar”. O Programa Mais Educação - PME tinha como orientação, o desenvolvimento do currículo do contraturno, no qual eram realizadas atividades complementares ao ensino regular, para suprir “a necessidade de ampliação da vivência escolar de crianças, adolescentes e jovens, de modo a promover, além do aumento da jornada, a oferta

de novas atividades formativas e de espaços favoráveis ao seu desenvolvimento” (BRASIL, 2007, p. 02).

O inciso VI, art. 6º, da portaria nº 17/07, afirma que o programa visa “fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não-governamentais e esfera privada” (BRASIL, 2007, p.3).

O Programa Novo Mais Educação (PNME), criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola (BRASIL, 2017).

O PME foi implementado nas escolas por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, para impulsionar a melhoria do desempenho dos educandos mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar.

Dentro da proposta do programa discute-se a questão de que todos devem ser responsáveis pela educação, mas percebe-se que não se considera o professor como mediador dessa educação, já que este estaria diretamente ligado aos educandos na promoção do ensino-aprendizagem. O artigo 205 da Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos, no entanto, mesmo com esse direito assegurado muitos ainda continuam fora da escola.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), dispõe no art. 53, modificado pela Lei nº 13.845, de 2019, que: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O referido artigo traz a obrigatoriedade do acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola. A educação integral, trabalhada de forma séria, pode oportunizar para crianças e adolescentes o acesso às atividades extracurriculares, currículo diversificado, buscando valorizar a cultura, o lazer, além de proporcionar uma educação de qualidade.

Percebe-se que entre as experiências de educação integral implementadas no Brasil, apresenta-se a ampliação da jornada – escola em tempo integral. Entretanto, é destaca-se que a ampliação do tempo de estudos na escola não é equivalente à educação integral.

[...] educação em tempo integral não é sinônimo de educação integral, vez que a primeira é referente a uma situação curricular organizacional, e a outra relaciona-se diretamente com o conceito que se adota sobre educação, podendo ou não ser feita em jornada ampliada, mas de nenhuma forma dependente dela. (ASSIS; MACHADO; GANZELLI, 2018, p. 9).

As políticas públicas educacionais desde sua formulação, implementação e avaliação devem ser pensadas e discutidas por toda a sociedade, mas comumente estas são discutidas sem a participação dos interessados na melhoria da educação, que são alunos, professores, pais e comunidade escolar que estão diariamente no



ambiente escolar, talvez se deva a este fato o insucesso desses programas governamentais.

### 3.2.1 SEMED/Santarém-PA: qualificação docente

A Secretaria Municipal de Ensino de Santarém, por meio do setor pedagógico é responsável pela formação continuada, possui parceria com Instituições de Ensino Superior, como a UFOPA e a ULBRA e a Escola Profissionalizante SEST/SENAT, para realizar formação continuada de professores.

Por meio de programas, a SEMED oferece formação continuada aos profissionais da educação em exercício. De acordo com o relatório de monitoramento da SEMED do ano de 2016, as formações para a qualificação de professores são ofertadas conforme demonstrado nos quadros 02 e 03:

**Quadro 02:** Programas desenvolvidos pela SEMED para a qualificação de professores

<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO EFETIVA</b>
<b>PNAIC</b>	Para os professores do ensino fundamental menor*; para os professores do ensino fundamental maior*, especificamente das disciplinas de português e matemática, como também, para os pedagogos.
<b>Gestão Nota 10, Circuito Campeão e Correção de Fluxo</b>	Oferecem formação continuada para gestores das Escolas Municipais, para pedagogos e para os professores que trabalham diretamente com as turmas de Acelera e Se Liga, respectivamente.
<b>Programa Escola da Terra</b>	A SEMED, em parceria com a Universidade Federal do Pará, oferece a formação de professores das turmas multisséries do campo (rios, planalto e várzea).
<b>DAE – Divisão de Atendimento ao Educando</b>	Através do Projeto de Capacitação, tendo como público alvo as Educadoras Alimentares (merendeiras) das escolas do município, compreendendo tanto a zona urbana como as regiões de Várzea, Arapiuns, Lago Grande, Planalto, Arapixuna.

\* Refere-se aos anos iniciais do Ensino Fundamental. \*\* Refere-se aos anos finais do Ensino Fundamental.

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras em 2019, a partir do relatório de monitoramento da SEMED 2016.

**Quadro 03:** Ações por setores da SEMED para a qualificação de professores

<b>AÇÕES POR SETORES</b>	<b>AÇÃO EFETIVA</b>
<b>Setor de Educação Ambiental</b>	Desenvolve formação continuada de gestores, técnicos, professores e alunos na área de Educação Ambiental.
<b>Setor de Educação Especial</b>	Desenvolve formação continuada de gestores e cuidadores, objetivando a autonomia aos alunos com necessidades especiais.
<b>Setor de Educação Física</b>	Desenvolve formação continuada para os professores de educação física. Coordena e acompanha todo o trabalho desses profissionais.
<b>Setor de Ensino Religioso</b>	Desenvolve formação continuada para os professores que ministram o ensino religioso.
<b>Coordenação Étnico Racial</b>	Desenvolve formação continuada para professores de escolas quilombolas (planalto e várzea) e indígenas (rios).
<b>Setor de Recursos Humanos (RH)</b>	Oferece capacitação nas escolas para todos os funcionários no que tange a orientação do horário de trabalho, carga horária, registro de pontos, atestados médicos, etc.
<b>Núcleo de Informática Educativa</b>	Realiza formações para professores e alunos, orientando como devem desenvolver as atividades e projetos nas escolas utilizando os recursos tecnológicos.
<b>Em parceria com a União dos dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)</b>	Oferece capacitações para o monitoramento do PME e avanços do Plano de Carreira e Remuneração (PCR).

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras em 2019, a partir do relatório de monitoramento da SEMED 2016.

A formação continuada ofertada pela SEMED/Santarém, para os professores, no período pesquisado, era somente para a melhoria de suas respectivas disciplinas e atuação em sala de aula, sem nenhuma relação com as atividades do Programa Mais Educação, pois quem recebia formação eram os monitores das atividades, e todos os funcionários das escolas receberam orientações sobre horários, como dirigir as crianças para os locais das atividades, porque o horário de trabalho era o de intermediário, pois não tinha como ocupar salas de aulas.

De acordo com Cavaliere (2007), caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão.

É necessário, portanto, que sejam disponibilizados recursos para serem aplicados na infraestrutura das escolas, para que haja melhor aproveitamento dos espaços e dos tempos escolares, visando a melhoria da qualidade da educação e o bem-estar dos educandos para um justo e digno viver.

Os monitores que atuaram no Programa Mais Educação (PME), tiveram formação com a SEMED e com pessoas convidadas para trabalhar com eles, como as instituições UEPA, UFOPA, para falar como trabalhar com as crianças, eram feitas palestras e práticas em oficinas de karatê, música, futebol, banda fanfarra, voleibol, teatro. Principalmente os monitores que trabalhavam na área de rios e planaltos, precisavam mais dessa formação por nunca terem atuado com crianças e apresentavam certa dificuldade. Pois, os monitores da zona urbana, por exemplo, eram alguns estudantes da UEPA que já tinham certa formação.

Os professores não participavam das oficinas, somente algumas vezes eles assistiam a realização das atividades para verem como aconteciam os trabalhos dos monitores, não é evidenciada a formação para os professores que atuavam com as crianças que participam das atividades do Programa Mais Educação (PME), ou aos professores que trabalhavam nas duas escolas de tempo integral de Santarém, sendo uma na zona urbana, Escola Municipal de Ensino Fundamental de tempo Integral “Frei Fabiano Merz” e outra na zona rural, Escola Municipal de Ensino Fundamental de tempo Integral “Irmã Dorothy”. Dentro dessa perspectiva, podemos enfatizar que não existe uma política de formação aos professores que atuam nas duas escolas de tempo integral, as existentes não direcionam a uma formação voltada a discussão da formação integral. “Uma educação integral [...] não se trata apenas de estar na escola em horário integral, mas de ter a possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas [...]”. (GADOTTI, 2009, p. 97-98).

Dessa forma a educação integral é uma concepção de educação que visa o pleno desenvolvimento do educando e para tanto é necessário que tenha a participação de todos os envolvidos no processo educativo, e precisa ultrapassar os espaços escolares e se apropriar de outros espaços onde essa educação também possa acontecer.

A educação integral aliada a ampliação de tempo escolar, é de fundamental importância para o processo formativo de jovens e adolescentes da contemporaneidade, pois a partir dessa educação o aluno tende a ter uma formação integral tornando-se um indivíduo flexível para atuar no mercado de trabalho e na sociedade contemporânea.

Conforme constatado durante a pesquisa, não existem ações diferenciadas da SEMED para a formação continuada de professores, essas formações são realizadas por meio das assessorias de rios, de planalto e a assessoria da área urbana. As reuniões são separadas entre rios, planaltos e zona urbana, devido ao grande número de professores, porém os assuntos tratados são os mesmos.

Em relação à formação do corpo docente que atuou na rede municipal de Ensino de Santarém/PA, no Recorte temporal da pesquisa é demonstrada no quadro 04:

**Quadro 04:** Formação do corpo docente da SEMED no período de 2011-2016

ANO	PROF. COM NÍVEL MÉDIO	PROF. COM NÍVEL SUPERIOR	PROF. COM ESPECIALIZAÇÃO	PROF. COM MESTRADO	TOTAL
2011	357	808	225	04	1.394
2012	NI	1.626	84	NI	1.710
2013	NI	1.483	108	NI	1.591
2014	NI	1.619	169	NI	1.788
2015	NI	1.679	202	01	1.882
2016	NI	1.741	207	0	1.948

Fonte: Quadro elaborado pela autora em 2019, a partir de Goch, 2017 (NI refere-se à Não Informado).

Verifica-se no quadro 04 que a maioria dos professores entre os anos de 2011 à 2016, possuem nível superior, enquanto que apenas 05 possuem mestrado.

### 3.2.2 SEMEC/Monte Alegre/PA: qualificação docente

Conforme informações obtidas junto aos coordenadores do setor pedagógico e o setor de estatísticas, na SEMEC não foram desenvolvidos programas ou ações para qualificar docentes no período de 2011 - 2016. Nos últimos anos o município de Monte Alegre, passou por uma instabilidade política resultando inclusive na renúncia de um dos prefeitos no ano de 2014, vindo a culminar com uma alta rotatividade de secretários de educação, como demonstra o quadro 05:

**Quadro 05:** Gestões da prefeitura de Monte Alegre/PA, no período de 2011-2016

PERÍODO	PREFEITO	VICE-PREFEITO	SECRETÁRIOS
2011 – 2012	Jardel Vasconcelos Carmo	Aldenora Coutinho	Osvaldino Pereira
2013 – 09/2014	Raimundo Sérgio Monteiro	José da Costa Alves	Marilene Nancy Baía da Costa Anderson
09/2014 – 09/2015	José da Costa Alves	Anselmo Picanço	Rosilene de Oliveira Arcanjo
09/2015 – 12/2015	Anselmo Picanço	José Maria	Rosilene de Oliveira Arcanjo
2016	Arinos Brito Chaves	Leonardo Albarado	Renilson da Silva Arcanjo

Fonte: Quadro elaborado em 2020 pelas autoras, a partir de informações obtidas na Secretaria de Administração de Monte Alegre/PA.

Observa-se no quadro de número 05, a rotatividade de secretários de educação na SEMEC de Monte Alegre, resultante da renúncia do prefeito Raimundo Sérgio Monteiro, inclusive um destes secretários permaneceu apenas 20 dias no cargo.

A partir de informações obtidas com os coordenadores do setor pedagógico e do setor de estatística, acredita-se que devido os secretários de educação, permanecerem pouco tempo no cargo não foi possível articular e desenvolver projetos e ações voltados para a formação de professores, sendo que somente em 2018 foi realizada a primeira formação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em parceria com o Programa Novo Mais Educação (PNME). O PNAIC ocorreu nos dias 30 e 31 de janeiro de 2018 e teve como objetivos: Compartilhar práticas pedagógicas e conhecimentos específicos desta modalidade de ensino; conhecer a realidade da Educação Infantil na rede de ensino do município de Monte Alegre/PA; explorar os objetivos da Educação Infantil de acordo com as diretrizes e Bases da Educação Infantil; orientar acerca das práticas pedagógicas da Educação Infantil. No relatório final do primeiro encontro de formação do PNAIC, consta o pouco interesse por parte de alguns professores para participarem das formações, devido alguns inscritos não terem participado deste programa.

Com relação a projetos realizados pela secretaria municipal de educação de Monte Alegre/PA, a semana pedagógica, que ocorre no começo do ano letivo, é feita um dia nas escolas e dois dias com todos os professores. Os assuntos são, programação atual, eventos anuais, o calendário letivo e outros assuntos de interesse da comunidade escolar.

Diante do exposto convém destacar que a formação de professores no Brasil para atuarem em diferentes níveis de ensino da educação básica é cercada por questões recorrentes, mas embora existam leis que normatizem o tema não acontecem mudanças significativas no processo de formação, tendo em vista que essas leis geralmente não se constituem como efetivas, em decorrência de vários fatores como alta rotatividade e descontinuidade de políticas públicas de formação de professores; ausência de políticas de acompanhamento e de avaliação de currículos das licenciaturas que são essenciais para que haja melhoria no processo de formação desses profissionais e, também, por questões recentes que se apresentam em função das novas demandas da contemporaneidade.

De acordo com a coordenadora do Programa Mais Educação (PME) que no município de Monte Alegre iniciou em 2013, os professores também não receberam qualificação, sendo que somente os monitores, funcionários da secretaria das escolas e pessoal de apoio, receberam orientações de como atuar nesse programa. O acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Mais Educação (PME), que constavam de orientações das atividades, como fazer o rodízio de atividades, sobre as culminâncias das atividades nas escolas entre outros assuntos, era feito pela coordenação geral da SEMEC, semanalmente na cidade e mensalmente na zona rural.

Em Monte Alegre nas escolas públicas municipais, não existiam pedagogos, sendo que o primeiro concurso público da Rede Municipal de Educação, ocorreu no ano de 2015. Somente a partir do ano de 2016 as escolas passaram a contar com os trabalhos desses profissionais.



No caso do município de Monte Alegre, devido à alta rotatividade de prefeitos e secretários de educação não houve tempo hábil, para que as leis de formação continuada de professores fossem cumpridas.

De acordo com o Plano Municipal de Educação (2015 – 2025), conforme apresenta a meta 1, “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência desse PME”, com as seguintes estratégias:

1.6 promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.7 estimular e estabelecer a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisas e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e as teorias e práticas educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos (p. 24).

Observa-se, que esta meta do Plano Municipal de Educação, estabelece a formação continuada de professores, no entanto isto não ocorreu, devido a vários fatores segundo a coordenadora da SEMEC, entre eles, a falta de profissionais para atuarem nessa capacitação e também a alta rotatividade de secretários de educação, em decorrência da crise política que a cidade de Monte Alegre vivenciou.

Ainda de acordo com o Plano Diretor do Município de Monte Alegre/PA, que traz as diretrizes a serem adotadas no âmbito da educação pública, conforme versa na:

**Seção II, artigo 50 da educação, diretriz V:** formação continuada aos docentes e corpo técnico administrativo da rede municipal de ensino.

E também na:

**Seção II, artigo 52, diretriz IV:** criar programa voltado à melhoria da qualidade de ensino municipal, com ações voltadas à formação continuada dos docentes e ao combate à evasão e a repetência escolares (Plano Diretor do Município de Monte Alegre/PA).

E ainda na Lei Orgânica do Município de Monte Alegre/PA no TÍTULO V da ordem social, Capítulo I da Educação, da Cultura e do Desporto.

**Seção I da Educação, artigo 158, Diretriz V:** valorização dos trabalhadores da educação na rede pública através de planos de carreira, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, formação continuada e piso salarial profissional, nos termos da lei.

Contudo, dados coletados na SEMEC, os professores não receberam formação, mesmo as que constam nos documentos oficiais do município. Assim como os professores da Rede Pública Municipal não recebem formação, fica impossível conhecer, discutir, refletir e fazer análise e ter uma concepção de Educação Integral que nas escolas é feita por meio do Programa Mais Educação. Entende-se que esses professores que somente tem experiência em escolas de turno parcial, necessitam

conhecer, as políticas públicas indutoras de educação integral, para que possam ressignificar suas práticas pedagógicas, e assim contribuir para melhorias na qualidade da educação.

É essencial que os docentes incorporem conhecimentos de tempos e espaços escolares diferenciados como ocorre na educação integral e metodologias diferenciadas. Sem esses processos e efetiva realização de atividades coletivas, as possibilidades de aprendizagens reflexivas ficam reduzidas e por consequência os avanços rumo a melhoria da educação não ocorrerão.

Em relação à formação do corpo docente que atuou na rede municipal de ensino de Monte Alegre/PA no recorte temporal da pesquisa é demonstrada no quadro de número 06.

**Quadro 06:** Formação do corpo docente área urbana da SEMEC Monte Alegre/PA

FORMAÇÃO	QUANTIDADE	CONCURSADOS	TEMPORÁRIOS
NÍVEL SUPERIOR	526	489	37
NÍVEL MÉDIO	2	2	0
TOTAL	528 professores		

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras em 2020, a partir de planilha fornecida pela SEMEC Monte Alegre/PA.

Observa-se no quadro 06 que a maioria dos professores da zona urbana possuem nível superior e são concursados, havendo 37 professores na condição de temporários, porém existem 02 professores com ensino médio.

**Quadro 07:** formação do corpo docente área rural da SEMEC Monte Alegre/PA

FORMAÇÃO	QUANTIDADE	CONCURSADOS	TEMPORÁRIOS
NÍVEL SUPERIOR	1281	967	314
NÍVEL MÉDIO	10	10	0
TOTAL	1291 professores		

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras em 2020, a partir de planilha fornecida pela SEMEC Monte Alegre/PA.

Percebe-se no quadro 07 que a maior parte dos professores da zona rural de Monte Alegre/PA, possuem nível superior, sendo que a maioria desses são concursados, e 10 professores com nível médio todos concursados.

Com base nos dados analisados nas duas cidades do Estado do Pará, destacamos que a secretaria de educação de Santarém possui estrutura para desenvolver formação continuada para professores com programas e projetos. Conforme documentos analisados existem ações, programas e reuniões realizadas ao longo do ano tanto para a zona urbana quanto para a zona rural, porém nenhum desses programas ou ações, são voltados para a formação de professores que atuam em programas de educação integral.

No caso da SEMEC em Monte Alegre, verificamos diferença em relação a SEMED de Santarém, uma vez que não existem programas nem ações para a formação continuada de professores, faltam estruturas e políticas públicas para efetivar o que os documentos oficiais versam sobre a formação continuada de professores conforme destacamos neste artigo, como o Plano Diretor do Município, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), o Plano Municipal de Educação de Monte Alegre (2015-2025).

A experiência das duas cidades no Oeste paraense nos mostra que elas seguem caminhos diferentes com relação a formação continuada de professores, enquanto a secretaria municipal de educação de Santarém, vem há anos oferecendo essa formação aos seus professores, a secretaria Municipal de educação de Monte Alegre somente em 2018 promoveu o primeiro Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em parceria com o PNME (Programa Novo Mais Educação).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil a luta pela garantia de um padrão de qualidade social na formação dos profissionais da educação deve ser fortalecida e alcançada, além disso deve contar com o diálogo entre as instâncias formadoras e as secretarias de educação, direcionando para o desenvolvimento de ações articuladas em defesa da qualidade na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Assim, a formulação de políticas voltadas para a formação dos profissionais da educação deve ter qualidade a ser concretizada por meio da inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela valorização profissional, devendo ter a colaboração dos entes federados (União, Estados e Municípios), nos respectivos sistemas de ensino.

Com essa compreensão, a formação desses profissionais da educação básica, em nível superior, coloca-se como uma meta a ser implementada como política de Estado e não como política de governo. Pois, os professores que já não tem uma formação de qualidade, ainda sofrem com as más condições de trabalho e de salário, porém estes devem sempre buscar qualificar-se, tendo em vista que isso vai refletir no conhecimento a ser repassado para os alunos e conseqüentemente na qualidade da educação, quem sabe assim os jovens sejam motivados a seguir a profissão docente.

Contudo, o modo de produção capitalista, não tem interesse em formar o professor para que possa desenvolver seu trabalho, de maneira que seu aluno esteja preparado para atuar na sociedade de forma crítica e reflexiva, pelo contrário, tentam suprimir os ensinamentos desses profissionais, seja por meio do livro didático ou qualquer outra forma de dominação. Percebemos que é isso que a sociedade capitalista faz com a tentativa de concretizar a educação integral no Brasil, faz do seu

modo, salários baixos, sem infraestrutura nas escolas, professores sem formação para atuarem nos programas indutores de educação integral. Nesse sentido, é primordial para a melhoria do ensino escolarizado brasileiro, que os dirigentes de nosso país atentem mais para a classe dos profissionais da educação.

Compreendemos que a educação precisa ser tratada com ações políticas planejadas e permanentes com ênfase para qualificação docente com base formativa, por isso a importância da formação continuada. “[...] é um campo que reivindica estudos que possam superar sua histórica forma emergencial [...]” (CAETANO et al., 2019, p. 3). A escola não pode deixar de exercer a sua função, e para isso o professor precisa estar ciente de suas atribuições. E por fim, não é cansativo repetir que por meio da educação temos a possibilidade de ajudar na construção de uma sociedade justa, para que o indivíduo tenha uma formação integral.

## REFERÊNCIAS:

ARROYO, M. G. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, J. (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

ASSIS, A.E. S. MACHADO, C. GANZELI, P. Estado e educação integral: concepções e desafios. In: MACIEL, A. C.; GANZELI, P.; COSTA, S. A. **Sentidos da educação integral: conceitos, programas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

BRASIL. **Educação Integral/Novo Mais Educação**. Ministério da Educação e Cultura / MEC. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 27 de Abril de 2020.

BRASIL. **Programa Mais Educação: Manual passo a passo**. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

BRASIL. **Novo Mais Educação**. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em: 27 de Abril de 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2015**. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – p. 8-12.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BRASIL. Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. **Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação**. Diário Oficial da União – Seção 1, Edição nº 150 de 07/08/2009.

BRASIL. MEC. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.083, de 27 de Janeiro de 2010**.

Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.083%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art.)

[2010/2010/decreto/d7083.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.083%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.083%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art.) Acesso em: 27 de Abril de 2020.

**BRASIL. Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2018.

**BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007.** Ministério da Educação, Brasília, DF, 2007.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação. Campinas: **Educ. Soc.**, vol. 28, nº 100- Especial, pag. 1015-1035, out.2007.

CAETANO, D. M. et al. TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 16, p. e8022, set. 2019. ISSN 2447-1801. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8022>. Acesso em: 14 fev. 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/rbept.2019.8022>.

CASTRO, A. S.; DUARTE NETO, J. H. Ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e11088, jan. 2021. ISSN 2447-1801. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088>. Acesso em: 04 fev. 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/rbept.2021.11088>.

COELHO, L. M. C. da C. História(s) da educação integral. **Em Aberto-Revista**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: [emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2222/2189](http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2222/2189). Acesso em: 27 de Abril de 2020.

COELHO, L. M. C. da C. Histórias (s) da educação integral. 27ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu – MG, 2004.

COLARES, A.A.; COLARES, M. L. I. S. **As políticas educacionais e a formação de professores**. Balanço da Política Educacional Brasileira (1999-2009): ações e programas. 1ª. Ed. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

COLARES, M. L. I. S.; BRYAN, N. A. P. Formação continuada e gestão democrática: desafios para gestores do interior da Amazônia. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 16, n. 1, jan./abr., 2014, p. 174-191. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1336>. Acesso em: 01 Set. 2020.

COLARES, M. L. I. S. **As políticas educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)**. 2005. 169p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251006>. Acesso em: 01 Set. 2020.

CORRADINI, S. N.; MIZUKAMI, M. da G. N. Práticas pedagógicas e o uso da informática. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 85-92, 2016. Disponível em:



<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/152>.  
Acesso em: 14 fev. 2021.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em Processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, n. 100, p. 33-46, Dezembro/Janeiro/Fevereiro, 2013-2014. Acesso em: 1 fev. 2021

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

GOCH, Greice Jurema de Freitas. **Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Santarém no período de 2003 a 2016**. Dissertação. Santarém-PA, 2017.

JACOMELI, M. R. M.; BARÃO, G. de O. D.; GONÇALVES, L. S. A política de educação integral no Brasil e suas relações com as diretrizes da conferência de Jomtien. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 32-57, 2018. DOI: 10.24065/2237-9460.2018v8n3ID638. Disponível em:  
<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/638>.  
Acesso em: 4 fev. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MONTE ALEGRE, **Lei Orgânica do Município de Monte Alegre/PA, de 10 de fevereiro de 2015**. Monte Alegre, 2015.

MONTE ALEGRE, Plano Diretor do Município de Monte Alegre/PA. **Lei nº 5.098/2017**. Monte Alegre, 2017.

MONTE ALEGRE, Plano Municipal de Educação de Monte Alegre/PA (2015-2025). **Lei nº 4.881/2015**. Monte Alegre, 2015.

SANTARÉM, SEMED. **Relatório anual de monitoramento-período 2017**. Prefeitura Municipal de Santarém, Secretaria Municipal de Educação. Comissão coordenadora de avaliação e monitoramento, Santarém, 2017.

SANTARÉM, SEMED. **Relatório anual-período 2016**. Secretaria Municipal de Educação, Santarém, Dezembro de 2016.

SANTARÉM, SEMED. **Relatório de monitoramento 2016**. Coordenação Pedagógica do Programa Mais Educação da Secretaria Municipal de Educação de Santarém/PA.